



Professoras nos anúncios de jornal do Recife Oitocentista (1840-1845)

Carolina de Toledo Braga*

Não é novidade que o Recife da década de 1840 foi palco do movimento Praieiro, uma disputa político-partidária entre proprietários recifenses. A década inteira foi um intenso rebuliço de movimentos populares. Houve quebra-quebra e mata-marinheiros, além do levante armado de 1849. De acordo com Marcus Carvalho, também houve participação da população pobre na revolta praieira, principalmente dos trabalhadores livres urbanos - que teve como motivo ideológico a nacionalização do comércio a retalhos. Até 1844, o presidente de Pernambuco era Francisco do Rego Barros, mais conhecido como o Barão da Boa Vista, cuja meta era modernizar a cidade, seguindo o modelo parisiense, mas sem mexer nos dois alicerces do sistema, a escravidão e a grande propriedade. O ano de 1845 é o da transição: os Praieiros ganham a administração da Província quebrando o predomínio político-eleitoral conservador.

A partir de 1840, em Pernambuco, a população liberta já é de grande número vivendo, muitas vezes, agregada aos plantadores da província, como afirmou Peter Eisenberg. Nesse sentido, o período representa os primeiros passos da desagregação do sistema escravista no Recife – processo com contou com diversos fatores nas décadas seguintes.

No jornal, além das querelas entre liberais, praieiros e conservadores, um número imenso de mulheres anunciando os próprios ofícios¹ e de senhores ou senhoras anunciando a venda de escravas – e evidenciando o trabalho exercido por elas. Essa pesquisa foi escrita fazendo um cruzamento da bibliografia com anúncios da seção “Avisos Diversos” do jornal Diário de Pernambuco, periódico com uma das maiores circulações do período. Foram analisados anúncios do meses de janeiro nos seis anos entre 1840 e 1845. Ao todo são 70 anúncios de mulheres que trabalhavam ensinando meninas e outras mulheres “as primeiras letras”, nas palavras da época. Como janeiro é o mês de início das aulas, o começo de um novo

* Carolina Braga é mestrandia em História Social na Universidade Federal Fluminense (UFF) e bacharela em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco.

¹ Estudando o trabalho doméstico e a escravidão no Recife, Carvalho enumera diversos anúncios de jornais de mulheres livres e cativas procurando emprego e para isso, oferecendo serviços dos mais diversos, como cozer, passar, costurar, lavar ou até ensinar as primeiras letras. CARVALHO, Marcus J. M. de. *De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850*. Revista Afro-Ásia, 29/30 (2003), págs 41-78.



ano letivo, então foi possível encontrar um número considerável de anúncios sobre o mercado de trabalho feminino da instrução de meninas.

Arquivos, mulheres e os silêncios da História

Há mais de 50 anos, Virgínia Woolf já questionava: podemos escrever a história das mulheres sem reescrever a história? Na tentativa de reivindicar o lugar das mulheres nas narrativas históricas, para colocar as mulheres como participantes ativas da história, esse trabalho busca estabelecer um diálogo com autoras/es que situam estudos diretamente ligados ao trabalho feminino e os estudos de gênero.

Gênero, segundo a historiadora Joan Scott, é o conhecimento que estabelece significados para as diferenças dos corpos. Ao estudar as hierarquias de gênero, por exemplo, é possível perceber como são construídas e legitimadas². Para Scott, ao definir gênero como uma categoria de análise histórica, os objetivos da pesquisa histórica também são modificados: “O objetivo da nova pesquisa histórica é explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária [homem e mulher] dos gêneros.” (SCOTT, 1988)

A questão essencial levantada por Scott é que precisamos atentar para a necessidade de olhar não só para as mulheres, mas analisar também a situação delas em relação aos homens. Essa é a diferença essencial entre história das mulheres e história de gêneros. Acrescento aqui a inevitabilidade de relacionar as mulheres com as instituições masculinas presentes no Recife do início do século XIX. Os estudos de gênero serão usados nessa pesquisa para enriquecer a narrativa histórica.

Scott levanta as importâncias da história social na escrita da história das mulheres. Em primeiro lugar pela metodologia, por usar detalhes da vida cotidiana e privada, e por ser interdisciplinar. O segundo ponto é por conceitualizar as relações familiares, de fertilidade e sexualidade como fenômenos históricos. O terceiro é por ter mudado a linha da história política, focando em grupos historicamente marginalizados. A historiadora social Louise Tilly, defende que a análise seja voltada para os problemas, oferecendo, assim, uma possibilidade real de ligação entre o conhecimento de gênero e a experiência das mulheres no passado. Tilly defende

² A análise dos estudos de gênero somada a prática feminista confrontam a distribuição de poder existente. É interpretar o mundo, enquanto tenta mudá-lo. É uma nova forma de pensar a história. “Need to examine gender concretely and in context and to consider it a historical phenomenon produced, reproduced, and transformed in different situations” SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988, p.6.



que a história social seja analítica, voltada para a resolução de problemas, completando a descrição do modo de vida delas com a interpretação e a explicação, além de vincular os resultados com os problemas atuais gerais.

Mas que tipo de história social? Uma história que respeite a iniciativa humana, assim como a história social das mulheres fez com tanto sucesso. Uma história que coloque problemas, descreva e analise os dados disponíveis, e explique. Uma história que trate das grandes questões históricas e contribua para resolver problemas já inseridos na agenda da história. (TILLY, 1994: 52)

O termo patriarcalismo³ é usado para historicizar a dominação masculina. O conceito de patriarcado delimita uma origem para a opressão das mulheres no tempo e no espaço, desnaturalizando as desigualdades. Nos estudos feministas e de gênero, o patriarcalismo também aparece como explicação para a condição feminina na sociedade. É, basicamente, um tipo de dominação na qual o senhor é a lei e o domínio nas formas sociais mais simples, as domésticas. A legitimidade dessa dominação é garantida pela tradição.

O conceito de patriarcado clássico é o de Max Weber, que coloca a dominação do homem sobre a mulher como uma característica biológica para todas as épocas de organização da sociedade. Em estudos sobre a divisão sexual do trabalho e violência doméstica, essa visão é considerada por autoras como Saffioti como a-histórica, universal e biologizante, portanto, inadequada. É colocada também como pré-feminista, por definir o patriarcado como uma estrutura mental natural da sociedade como um todo.

Muitas autoras feministas brasileiras⁴ preferem não usar a palavra patriarcado, tendo em vista as características biologizantes anteriormente atribuídas ao conceito. Em contraponto a essa justificativa, Saffioti⁵ afirma que recusar-se a enxergar ou admitir o patriarcado é dar um passo atrás nos estudos sobre as mulheres. Para a autora, o patriarcado é um tipo de dominação

³ Assim como no Dicionário Filosófico de Voltaire, no Dicionário Crítico de Sociologia, escrito por Raimund Boudon e Francois Bourricaud, “patriarcado” ou “patriarcalismo” não aparecem como verbetes. A diferença é que no segundo “parentesco primitivo” é colocado pelos autores como forma de organização de vida coletiva que define os limites da família, determinando o papel dos indivíduos e regulando a circulação das mulheres. No Dicionário de Política de Norberto Bobbio, também não há o conceito do termo patriarcado. Quando explica o feminismo, o autor afirma que a partir da segunda metade do século XIX, os estudos sobre as mulheres começam a criticar a concepção patriarcal “segundo a qual a sociedade é antes formada pelos chefes de família do que por um conjunto de indivíduos.”

⁴ Elizabeth Souza-Lobo, por exemplo, defende o uso do conceito de gênero como uma categoria analítica, que deve ser usado em lugar de patriarcado. In: AGUIAR, Neuma. *Patriarcado, sociedade e patrimonialismo*. Brasília: Revista Sociedade e Estado, v.15, n. 2 (2000).

⁵ Sobre o assunto ver: SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Cadernos Pagu, n.16 (2001), p. 115-136; SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres*. In: VENTURI, Gustavo. RECAMÁN, Marisol. e OLIVEIRA, Suely de. (orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.



e exploração das mulheres e o termo não “constitui propriedade da teoria weberiana ou filiação weberiana”. A historiadora Neuma Aguiar afirma: é preciso fazer uma história feminista do conceito de patriarcado.

Carole Pateman observa que o patriarcado é um sistema de poder análogo à escravidão, criando relações de poder dentro do espaço doméstico e para além deste. Interpretações como as de Nísia Floresta e Gilberto Freyre, entre outros, analisam o patriarcado como herança do sistema escravista no Brasil. Para Nísia Floresta, a falta de acesso das mulheres à educação formal, ela chama de instrução, são indicações das injustiças dos homens e do patriarcado. Freyre afirma que a formação patriarcal do Brasil se explica em termos econômicos e pela organização da família como unidade colonizadora. É importante entender o papel da família patriarcal na sociedade brasileira porque essa instituição é usada como argumento do sentimento de honra do homem sobre a mulher, que até hoje justifica assassinatos e a exploração de mulheres.

Inserir as mulheres na historiografia não é só colocar as mulheres na história, mas atrelar elas aos problemas analíticos do período proposto. Vamos falar aqui sobre mulheres que não estão vivas para contar as próprias histórias e que, muitas vezes, tiveram os próprios relatos quando escritos, escritos por homens. Esse é o caso dos anúncios de jornal. Não será possível, assim, contar as histórias de muitas mulheres que viveram no Recife sem deixar qualquer registro escrito. Como um pedido de desculpas não seria suficiente, espero, com essa pesquisa, dar voz às mulheres que tenham deixado registros escritos e assim, construir suas memórias e inseri-las no debate historiográfico sobre a época.

Educação ou Instrução?

As escolas oitocentistas tinham conteúdos diferentes para meninos e meninas. Para as mulheres conteúdos como costurar, tocar piano e cozinhar. Na feminina havia ainda a flexibilização da presença. Aos padrões da época, ler era aprendido antes de escrever. Mulher aprender a escrever era considerado “perigoso ou inútil”. Talvez porque escrever garantisse a comunicação e troca de cartas entre as próprias mulheres e também delas com os homens. Assim, muitas leitoras não sabiam escrever, apenas assinar o próprio nome. Isso não significa que elas não tivessem contato com o conteúdo dos textos dos jornais e revistas, já que a leitura em voz alta era muito comum à época⁶.

⁶ Sobre o assunto ver: JIZENJI, Mônica Yumi. *Leitura e escrita femininas no século XIX*. Cadernos Pagu, n. 38 (2012), p. 367-394.



A partir da metade do século, o conteúdo voltado para o público feminino passa a ser escrito pelas próprias mulheres, muitas vezes reivindicando direitos políticos e sociais. Como exemplo, o famoso Opúsculo Humanitário, escrito em 1853 por Nísia Floresta, considerada por muitas autoras como a primeira feminista brasileira, tendo “escandalizado o Brasil em tempos imperiais”, segundo Valadares⁷. Em Pernambuco, as mulheres escrevem em revistas como Pílhéria, Helios, A Pátria, o Bem-te-vi e também nos principais jornais: Diário de Pernambuco e A Província. Apesar disso, a chegada do século XIX acentua a distinção entre o público e o privado e a divisão sexual dos papéis como forma de governabilidade.

No vocábulo da época, a instrução era para homens e a educação para mulheres. Nísia Floresta, diretora de uma escola para moças no Rio de Janeiro, acreditava na escola como instituição séria para a instrução das mulheres. O Opúsculo Humanitário é praticamente um manifesto nesse sentido. Lá, ela critica os pais que costumavam retirar as filhas da escola depois de aprenderem a costurar, para assim evitar que as meninas aprendessem a ler, escrever e contar.

Não fazem nada [os homens] para remover obstáculos que retardam o progresso da educação das nossas mulheres, a fim de que elas possam vencer as trevas que lhes escurecem a inteligência, e conhecer as doçuras infinitas da vida intelectual, a que têm direitos as mulheres de uma nação livre e civilizada. (FLORESTA, 1853: 44)

Segundo Mônica Jizenji, a partir de 1814 as mulheres podem frequentar colégios públicos. Só em 1827 é sancionada legislação de garantia do direito das mulheres irem a escola. A lei de 15 de outubro "manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades villas e logares mais populosos do Império."⁸ É claro que havia restrições na lei. Era reservado às mulheres apenas o ensino básico e o salário das mestras era escasso (principalmente se comparado aos mestres das escolas masculinas).

As mulheres aparecem no décimo primeiro artigo da lei: "Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento." As escolas descritas como obrigatórias no início da lei, então, são apenas para os meninos.

Além da quantidade, outra diferença entre as escolas públicas para meninas e meninos no

⁷ Para autoras contemporâneas a Nísia Floresta, como a jornalista Socorro Trindad, a primeira feminista brasileira teria sido a índia potiguar Clara Camarão, que viveu no século XVII. Porém, Nísia teria sido a primeira mulher brasileira a publicar e divulgar ideias revolucionárias no país e na Europa. FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. Rio de Janeiro, 1853.

⁸ Coleção das Leis do Império no Brasil de 1827 – Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm Acesso: 02/12/2016.



Império era o conteúdo. O artigo sexto da mesma lei define os conteúdos ensinados pelos professores aos meninos:

Ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica dos quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammática da língua nacional, e os princípios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostólica romana, proporcionados a compreensão dos meninos, preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

O décimo segundo artigo diz respeito ao conteúdo a ser aprendido pelas meninas:

Além do declarado no Art 6o, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução da arithmetica só as suas quatro operações; ensinarão também as prendas que servem a economia domestica, e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres que sendo Brasileiras e de reconhecida honestidade (...) [grifos meus]

Às meninas, então, ficava destinado aprender noções de matemática e "prendas que servem a economia doméstica". Quais eram as tais prendas? A lei não descreve. No entanto, anúncios de professoras particulares no Diário de Pernambuco dão algumas pistas. Maria Amalia Costa e a irmã dela, "propõe-se a tomar meninas ensinando-as a ler, escrever, costurar chã, bordar de matiz de ouro, e todas as qualidades, bem como marcar de todas as formas (...) "⁹ Já Maria Angela Custodia do Carmo além de ensinar as primeiras letras, também ensinava "costuros xaens, bordar, lavarinto, e marcar." "¹⁰ Outro anúncio, porém, mostra que deveria haver um certo conhecimento geral do que seriam essas "prendas". Duas senhoras portuguesas se propunham a receber meninas "para as educar, ensinando a cozer, bordar, ler, escrever e *tudo mais que é indispensável para instrução de qualquer Snra.*" "¹¹ [grifo meu] O que seria considerado indispensável à instrução de qualquer senhora? Quem considera necessárias as "prendas" femininas? Provavelmente tais "prendas" estivessem ligadas aos atributos necessários para as meninas tornarem-se "boas mães e esposas".

Ao analisar as atas parlamentares imperiais do início dos Oitocentos, a pesquisadora Maria Beatriz Guimarães notou no centro do debate dos deputados sobre educação e instrução de meninas termos como "habilidades e prendas próprias das mulheres".¹² Para os

⁹Diário de Pernambuco, 04/01/1840.

¹⁰Diário de Pernambuco, 07/01/1840.

¹¹Diário de Pernambuco, 15/01/1840.

¹²"Investigando os documentos, não fica nada difícil visualizar como o acesso à educação de homens e mulheres se deu de forma diferenciada. Diferenciada pela condição social, mas principalmente pela condição de ser homem e ser mulher. Quando no capítulo XXXII da *Constituição Política do Império do Brasil* foi declarada



parlamentares, de acordo com a autora, existiria a figura de uma mulher universalizada, "não como sujeito histórico detentor de direitos, mas sim como uma parcela da humanidade que tem características próprias, constitutivas de suas personalidades, tipicamente femininas." Expressões como "prendas próprias às mulheres" remeteriam a "algo que é da natureza atribuída à mulher, uma propensão supostamente natural e coexistente em qualquer mulher, seja ela branca, negra ou nativa, proveniente de qualquer classe social."

Com os aumento dos estudos de gênero e de histórias das mulheres é possível saber atualmente que tais habilidades tipicamente femininas eram (e continuam sendo) construídas socialmente, e não biologicamente. Para autoras como Joan Scott, visões normativas de feminino e masculino e as políticas públicas que seguem este ponto de vista endossam as ideias de que as diferenças sexuais são inalteráveis e são usadas para justificar a discriminação.¹³

Era notável a diferença entre a instrução masculina e feminina na primeira metade dos Oitocentos em Pernambuco. Em 1831, ou seja, quatro anos depois da aprovação da lei de garantia de escolas para mulheres, havia quatro cadeiras públicas de Primeiras Letras para meninas na Província. Para meninos, 61.¹⁴ Nos anúncios do Diário de Pernambuco entre os anos de 1840 e 1845, há vestígios de três colégios de meninas e um de aula mista. O público alvo de todos os anúncios são os pais de famílias.

Um anúncio da "aula por detraz de S. José"¹⁵ promete ensinar aos alunos "com toda aptidão e perfeição os termos de civilidade, ler, escrever, contar, doutrina, e missa". Apesar de receber pensionistas de ambos os sexos, o conteúdo era diferente para as alunas, que deveriam aprender a "coser costura chã, fazer lavarinto de todas as qualidades, marcar de 5 qualidades, e bordar de marca, a ler, escrever, e contar". O anúncio é de aviso do fim das férias dos alunos e alunas. Também diz que meninas e meninos deveriam assistir às aulas por toda semana e

e firmada na lei em 1824 "a instrução primária, e gratuita a todos os cidadãos" e, no momento em que o deputado Sr. Xavier Carvalho discursa na câmara em 1826 que "todo o cidadão tem o direito a ser instruído pela sociedade, e a necessidade da instrução do sexo feminino é evidente", sem dúvida, fica realmente clara a ausência da instrução para as mulheres e o lugar que ela não ocupava como cidadã." GUIMARÃES, Maria Beatriz. *Saberes Consentidos Conhecimentos Negados: O acesso à instrução feminina no início do século XIX em Pernambuco*. Recife: UFPE, 2002. Dissertação (mestrado). p. 122.

¹³Segundo Scott: "Os termos das identidades masculinas de femininas são em larga parte socialmente/culturalmente determinadas (não produzidas por pessoas ou coletividades entre si mesmas): e as diferenças entre os sexos constituem e são constituídas por estruturas hierárquicas." SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988, p. 25.

¹⁴"Mapa das Cadeiras de Primeiras Letras na Província em dezembro de 1831" GUIMARÃES, Maria Beatriz. *Saberes Consentidos Conhecimentos Negados: O acesso à instrução feminina no início do século XIX em Pernambuco*. Recife: UFPE, 2002. Dissertação (mestrado). p. 132.

¹⁵Diário de Pernambuco, 04/02/1841.



voltarem para casa nos sábados e "vésperas de dias santos", tudo isso com "o maior trato e esmero possível", além de "preço muito commodo, e sendo que só queirão pagar os mezes dos alumnos e alumnas será muito mais em conta de que em outra qualquer parte."

Como esse foi o único anúncio encontrado sobre essa aula (e sobre aulas mistas no geral), não tenho mais informações sobre as instalações desta instituição de aulas mistas. Assim, nos resta indagar: como seriam divididos os espaços e aulas de meninas e meninos? O que levaria os pais de família a colocarem suas filhas em aulas mistas? Seriam preço e proximidade de casa uma questão definitiva para escolha da instituição? Aponto aqui as limitações da fonte usada como base neste trabalho, que não consegue responder todas as questões propostas.

A localização e o preço deveriam ser aspectos importantes na escolha dos pais entre instituições de ensino para seus filhos e filhas. Essas informações estavam em evidência neste anúncio, que tinha como objetivo tanto dar um aviso do fim das férias de alunos e alunas antigas, como atrair novos/as aprendizes. O anunciante também se preocupa em revelar o cuidado da instituição com as crianças, usando palavras como "maior aptidão", "perfeição" e "esmero", que soam como promessas.

O Collegio Francez do Espírito Santo para Educação de Meninas não divulgou a própria localização em nenhum dos 10 anúncios encontrados entre os anos de 1842 e 1844¹⁶. O primeiro anúncio, do dia 18/01/1842, além da data do fim das férias, avisa sobre o aumento do número de mestras no Collegio - "mandando vir da Europa senhoras de reconhecida capacidade, e cuja chegada não pode demorar-se muito." A anunciante também aproveita para comunicar:

*Que fez nos estatutos as alterações seguintes a favor dos paes das educandas. Ensinar-se-hão a todas as educandas, sem augmento do estipendio: 1 os principios de densa necesarios para quadrilhar, 2 a gramatica muzical; 3 a muzica vocal ou cantoria.*¹⁷

Os novos conteúdos serão dados às meninas, mas as mudanças são em favor dos pais delas. Talvez seja pela fato da próxima frase conter a expressão: "sem augmento de estipendio", ou seja, o preço não irá aumentar com o incremento dessas aulas de canto e música para as

¹⁶Diário de Pernambuco, 18/01/1842, 20/01/1842, 10/01/1843, 11/01/1843, 12/01/1843, 16/01/1843, 05/01/1844, 15/01/1844, 16/01/1844, 17/01/1844.

¹⁷Diário de Pernambuco, 18/01/1842.



garotas. O anúncio também trata sobre a higiene das alunas. Conta-se uma novidade: o estabelecimento agora está com "proporções" para administrar banhos inteiros (quentes e frios) a todas as estudantes no interior da casa. Isso, independente das "lavagens parciais", realizadas diariamente. Provavelmente mais um diferencial do colégio. Outro costume relevante era o de trazer mestras de fora da Província para lecionarem na escola, estas sim seriam professoras "de reconhecida capacidade", vindas, inclusive, da Europa. Esse fato também poderia ser um diferencial a reputação da instituição de educação de meninas.

O anúncio do Collegio do Espirito Santo em 1843 era mais conciso do que no ano anterior. A aula iria iniciar no dia 16 de janeiro, "em consequencia de certos arranjos necessitados pelo numero crescio de educandas que hão de concorrer no presente anno."¹⁸ Ou seja, provavelmente aquela era uma data tardia para o início das aulas. Outra escola de meninas, o Collegio da Boa Vista, iria iniciar as aulas das alunas no dia 9 de janeiro, quase uma semana antes.¹⁹ O serviço da escola e o anúncio do ano anterior devem ter dado bons resultados, tendo em vista o crescente número de novas educandas matriculadas.

No mesmo ano foi inaugurado o Collegio de Meninas, fundado e dirigido por Clementina de Moraes Sarmiento. A escola ficava na Rua do Hospício, em um lugar chamado Sítio do Leão. Os muros do sítio iam desde do Hospício até o Corredor do Bispo. O anúncio de inauguração é o mais interessante dos já analisados aqui. E também o mais longo.

Quando D. Clementina ainda morava em Paris, foi convidada a abrir uma escola de meninas aqui no Recife. Formou-se em todos os exames necessários para professoras de "instrução pública" na França. Porém, ao chegar à cidade não encontrou nenhum prédio que achasse adequado. Além disso, ela também não conhecia nem os costumes e hábitos das famílias locais e tampouco falava um bom português brasileiro. Ela, então, adiou a abertura do empreendimento e aventurou-se como professora particular para poucas alunas, de modo "privado e maternal". Todas essas informações, a futura diretora do Collegio de Meninas coloca em uma carta endereçada ao Presidente da Província, o Barão da Boa Vista, enviada no dia 14 de dezembro de 1842 e publicada no Diário de 17 de janeiro de 1843. Na carta, D. Clementina

¹⁸Diário de Pernambuco, 10/01/1843.

¹⁹"Collegio da Boa Vista, sito atraz da matriz. A directora faz sciente aos paes de suas alumnas, que no dia 9 do corrente abra de novo as aulas do mesmo collegio." Diário de Pernambuco, 05/01/1843. Apesar de não ter encontrado anúncio de anos anteriores do Collegio da Boa Vista no Diário, este pequeno texto me leva a crer que a instituição já deveria existir ao menos há um ano, tendo em vista que o anúncio fala em "abrir de novo" as aulas do colégio. É interessante questionar também se a escola teria um grande número de alunas já matriculadas porque não faz nenhum tipo de propaganda das aulas no jornal.



também menciona o fato de que o marido dela irá arcar com as despesas para fundar um "estabelecimento idôneo e durável". O objetivo do texto é apresentar-se, assim como solicitar autorização para abertura da "casa de educandas" e ainda perguntar sobre leis administrativas ou formalidades que ela deveria executar antes de abrir as portas.

Quem respondeu a carta, em nome da Secretaria da Província de Pernambuco, foi Casimiro de Sena Madureira. Ele demonstrou "admiração e respeito" para com a diretora e disse não ter dúvidas de que a escola iria prosperar sob administração dela. A resposta da presidência da Província sobre a legislação: não havia nenhuma formalidade para abertura de estabelecimentos de instrução pública, apesar de que, e ele não poderia deixar de citar tais esforços, "tem o governo feito sentir á Assembleia Legislativa Provincial a necessidade de estarem taes estabelecimentos sujeitos á inspeccão do diretor do Lycêo, ou de qualquer outro delegado da Presidencia."

Em seguida, o anúncio trata de detalhar todos os aspectos do cotidiano das educandas que fossem estudar no estabelecimento. Em primeiro lugar, a casa. O diferencial do local escolhido para ser a escola era a "abundância e qualidade" das águas, que garantiu a saúde das alunas da diretora no ano anterior, e que, "de algum modo justifica essa preferência". Ou seja, a preferência da diretora na escolha dessa casa e não de outras. No quesito religião, havia um diretor espiritual para ensinar às meninas o catecismo e a "História Santa", além das práticas e deveres sobre a religião católica ("proporcionadas á idade").

Diferente do método atual de ensino nas escolas regulares, onde estudantes são divididos pela idade, as classes eram divididas de acordo com o adiantamento das alunas nas disciplinas. As matérias ensinadas na escola para as garotas eram, nesta ordem:

Cathecismo, Ler, Escrever, Arithmetica, Grammatica Portuguesa, Geographia, Mythologia, Historia Universal, Historia Portuguesa e Brasileira, Analyse grammatical e litteraria das mais estimadas produccões dos melhores poetas prosadores Portuguezes, Francez, Inglez, Italiano - ler, escrever e fallar-, Costura e bordados de todas as qualidades, Piano, Canto, Dansa e Desenho.

É clara a diferença do conteúdo ensinado para meninas e meninos na prática, para além da legislação já citada. Em um anúncio de início das aulas do Collegio S. Cruz para instrução de meninos, o diretor da escola, Antonio Maria Chaves e Mello, descreveu as matérias ensinadas aos meninos: "Primeiras letras, elementos de moral, e civilidade, doutrina christã. Grammaticas, línguas, portuguese, franceza, inglesa, latina, grega, italiana. Geographia,



cronologia, e historia. Mathematicas puras. Philosophia racional, e moral. Rhetorica, poetica, e literatura classica. Musica vocal, e instrumental. Dansas, desenho, e pintura."²⁰ Aparentemente, filosofia, retórica, matemática "pura" e gramáticas latina e grega eram matérias de menino. Assim como "elementos de moral e civilidade", conceitos chaves para o mundo público.

Voltando para as meninas. Como era uma "casa de educandas", a maioria das alunas deveriam passar a semana no local e retornar a casa de suas famílias apenas aos domingos e dias santos. As refeições eram iguais para todas as moças e "contribuíam a saúde constante das educandas". Eram:

*As 8 horas da manhã, peixe ou carne guisada, pão e manteiga, chá ou café;
Ao meio dia, pão e manteiga, fructa da estação, ou doce;
As 3 horas da tarde, sopa, carne cosida, pão, arroz, pirão, peixe ou carne assada, de qualquer qualidade.
As 8 horas da noite, biscoitos, ou bolacha, chá com pão e manteiga.*

A promoção da limpeza era uma qualidade fundamental para a propaganda e escolha dos colégios. Nessa escola, as meninas tomavam dois banhos gerais por semana, já que "A abundancia d'agua no estabelecimento tem tornado esta pratica de fácil execução." O documento continua com a lista do material escolar que as alunas deveriam levar no início do ano letivo, assim como quando os familiares poderiam buscar as roupas das meninas para serem lavadas e retornadas.

Durante o século XIX, a educação e instrução seguia um padrão de recompensas e castigos. O anúncio trata de explicar como eram executados tais vantagens e punições. Os exames gerais eram realizados na frente das famílias das educandas ao final do ano, com uma distribuição de prêmios para as melhores alunas em uma solenidade. Durante o ano, a cada trimestre professoras e professores reuniam-se em conselho para enviar às famílias das alunas pareceres das matérias estudadas por elas. O resultado desses exames era colocado em um mapa para que todas as alunas vissem os resultados uma das outras.

Os castigos corporais eram proibidos na escola. A diretora era adepta das proibições e privações como castigos as estudantes. Podiam ser privadas de sair da escola nos domingos e dias de festa, ficarem presas em um quarto dentro da escola, serem removidas do lugar na classe ou da classe atual para uma classe inferior. Também poderiam ter o aumento no volume de estudos e serem proibidas de ver suas famílias por um tempo.

O corpo docente era formado pela diretora, três professoras (todas com nomes

²⁰Diário de Pernambuco, 05/01/1844.



aparentemente franceses), três professores e o diretor espiritual. No fim do anúncio, uma observação interessante, tratando-se de uma escola da meninas:

Só as pessoas da família das educandas conhecidas pela Directora terão ingresso no estabelecimento, e tão somente não havendo necessidade urgente, nas quintas feiras das 6 horas da tarde em diante para não haver interrupção dos trabalhos. Nenhum recado oral será recebido pelas educandas, a não ser trazido por pessoa conhecida, e dado na presença da Directora, ou das mestras. Nenhuma carta sahirá nem entrará no estabelecimento sem ser lida pela Directora.

A figura da diretora é uma personagem central na escola, seja na organização do estabelecimento, seja no planejamento dos conteúdos, seja como vigilante. A diretora se coloca como uma supervisora tanto do conteúdo aprendido pelas meninas, como também da comunicação que elas poderiam fazer, para temor dos pais de famílias, entre elas mesmas e com meninos. Assim, a reputação da diretora deveria ser um ponto importante na escolha da escola pelas famílias antes de matricularem as meninas.

Por último, o preço anual da escola era de 300 mil réis para as educandas pensionistas. Para aquelas que fizessem as refeições e dormissem na casa da família, era 200 mil réis.²¹ Achei mais dois anúncios que citavam preços da instrução de meninas. O primeiro, era de uma aula particular de primeiras letras, localizada em uma casa ao lado do cemitério da Matriz da Boa Vista. Lá, as meninas aprenderiam a ler, escrever, contar, "cozer chão", bordar, marcar de até três qualidades, fazer lavarinto, flores de panos e penas. Tudo isso com perfeição. O preço era "de 2\$ rs. por mez", ou "3\$ rs." adicionando aulas de gramática e "5\$ rs." pelas aulas de francês.²² A segunda aula ficava na Rua das Hortas, e ensinava meninas a "ler, escrever, contar, arithmetica, doutrina cristã, coser, bordar de seda e fazer lavarinto." Tudo isso "pelo modico preco de mil rs."²³ A anunciante só não deixa claro se o preço é por mês/meses ou ano.

Os colégios de meninas eram lugares onde mulheres trabalhavam e estudavam. Além de empregar professoras (muitas vindas de lugares como Lisboa²⁴ e da França), também

²¹ Os preços da época, claro, eram muito diferentes dos atuais. Em tabela de preços publicada pelo Diário de Pernambuco no dia primeiro de março de 1841, o azeite de peixe custava \$750 réis por grama e a carne de charque 20\$000 por barn (barn é uma medida de área, equivalente a 10⁻²⁸ m²), por exemplo. Para se ter ideia, um escravo custava pouco mais de 300\$000 réis, na década de 1840 no Recife. Ou seja, era caro manter meninas na escola. Sobre o assunto ver: VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. NOGUÉROI, Luiz Palo Ferreira. VERSIANI, Flávio Rabelo. RESENDE, Guilherme. *Preços De Escravos E Produtividade Do Trabalho Cativo: Pernambuco E Rio Grande Do Sul, Século Xix*. ANPEC:3 (História Econômica), 2013.

²² Diário de Pernambuco, 20/01/1842.

²³ Diário de Pernambuco, 04/01/1844.

²⁴ "Collegio do Espírito Santo: Fica referida a abertura do collegio para o dia 15 do corrente, porque, tendo recentemente chegado de Lisboa as mestras, que devem tomar conta do ensino, foi mister terem alguns dias de



empregavam cozinheiras, engomadeiras²⁵ e até mesmo usavam do trabalho das escravas²⁶. É verdade que as próprias casas também tinham uma função educativa para as mulheres. Era onde ensinavam umas às outras a cozinhar, cozer, bordar e lavar roupa, por exemplo. Algumas mulheres, inclusive, abriam as portas das casas delas para dar aulas de primeiras letras. Essas casas acabavam virando centros de educação de meninas, apesar de não serem publicamente reconhecidos como colégios. Encontrei anúncios de 21 professoras particulares de primeiras letras no Recife entre 1840 e 1845.

Anna Claudina Rosa²⁷, por exemplo, ensinava "meninas a ler, escrever, contar, costura de todas as qualidades e lavarinto", na Rua Estreita do Rosário, número 16. Já uma senhora casada e sem filhos (e também "bem conhecida"), moradora da Pracinha do Livramento, prometia ensinar meninas a ler, escrever e contar corretamente, além de fazer as mais variadas costuras²⁸. O conteúdo das aulas particulares variava de acordo com os conhecimentos da professora. D. Izabel d'Austria e D. Aurelia Umbelina fizeram um anúncio avisando a mudança de endereço das duas para a Rua da Aurora, número 20, onde continuariam a "dedicar-se ao ensino e educação de meninas, admittindo pensionistas, meias pensionistas e externas. Ensinão a ler, escrever, contar, grammatica portuguesa, geographia, historia, coser, bordar de todas as qualidades, marcar talhar, tocar piano, cantar, desenhar e dansar."²⁹

A reputação das professoras à época era tão importante quanto a das diretoras das escolas de meninas. Algumas mulheres optavam por colocarem seus nomes nos anúncios e outras não. Os anúncios de primeiras letras podem ser uns dos poucos documentos escrito realmente por mulheres do século XIX na Província dos quais temos acesso hoje em dia. Se essas mulheres sabiam ler e escrever é provável que algumas escrevessem os próprios anúncios e entregassem para serem publicados na tipografia do jornal. Uma senhora³⁰, que preferiu não citar o próprio nome, diz que continuaria a dar aulas de primeiras letras na casa próxima ao Sobrado do Travasso. O anúncio diz que ela tem todo o zelo e cuidado, já que é *ela mesma* quem ensina a ler, escrever, contar...

As professoras particulares eram, então, mulheres instruídas que tinham como profissão

descanso, afim de cuidarem de seus arranjos (...)" Diário de Pernambuco, 05/01/1844.

²⁵ "Precisa-se de uma cozinheira, e uma engommadeira; no collegio de meninas, atraz da matriz da Boa-vista." Diário de Pernambuco, 03/01/1844.

²⁶ "O collegio do Espirito Santo precisa alugar escravas, para o serviço do mesmo collegio." Diário de Pernambuco, 15/01/1844.

²⁷ Diário de Pernambuco, 11/01/1845.

²⁸ Diário de Pernambuco, 24/01/1845.

²⁹ Diário de Pernambuco, 15/01/1845.

³⁰ Diário de Pernambuco, 28/01/1843.



serem professoras. Havia uma viúva, por exemplo, que tirava o sustento como professora de primeiras letras para meninas há 10 anos³¹. Nem sempre, porém, era o único meio das mulheres ganharem a vida. Como hoje, as professoras acumulavam trabalhos para sobreviver. É o caso de Maria Amalia Costa e a irmã dela, que além de aulas de primeiras letras, também "acertão, e apromptão qualquer obra de modista, como toucados, vestidos, chapéus, e&c, tudo com o melhor gosto, e na ultima moda."³²

Saber ler e escrever provavelmente era um diferencial para as mulheres, até mesmo para os trabalhos domésticos. Um anúncio de oferta de ama de casa propagandeia a capacidade dela de ler e escrever, além de "dar conta dos arranjos da casa, coser e engomar."³³ Outro, oferece para troca "uma mulatinha de 10 a 11 anos de idade, tem bom cabelo, e bonita cor, anda na escola ha, mais de um anno".³⁴ Então, em 1845, além de mulheres livres e brancas nas escolas, também havia escravas e mulatas. O que não significava necessariamente nem ascensão de vida para essas mulheres e nem que saiam de lá sabendo ler e/ou escrever. Mas, para algumas, poderia significar mudanças positivas nos trabalhos executados, com determinados privilégios em relação as outras escravas.

Algumas professoras particulares evidenciavam a quais meninas ensinavam primeiras letras. Em 1841, uma "senhora capaz" recebia meninas em casa para ensinar primeiras letras e "sendo captivas tãobem"³⁵. Ela também fazia vestidos e modas. Em 1842, Maria Joaquina de Jezus³⁶ exibiu um anúncio de abertura das aulas de primeiras letras para meninas e disse que também receberia "pretas", mas só "para apreender cozer e engomar". Já em 1845, o anúncio de outra "senhora capaz" muda um pouco de tom. A moradora da Rua das Hortas, número 46³⁷, ensinava a ler, escrever, coser, bordar, fazer lavarinto e renda a qualquer menina: "branca, parda, ou preta, forra, ou captiva".

Maria Angela Custodia do Carmo, Ana Joaquina do O', Leonor Carolina Castanha de Vasconcelos, Maria Joaquina de Jezus, Constança Custódia d'Alviar e Anna Claudina Rosa, no Recife, e Francisca de Paula Jovita Pernambuco, em Olinda, são os nomes de mulheres

³¹ "Uma Senhora viúva que a dez para onze annos vive no exercício de ensinar primeiras letras, contar as principaes especies, cozer, bordar de todas as qualidades, fazer lavarintos, e marcar; pretende continuar no mesmo trabalho, e acha-se morando no Bairro da Boavista, rua Velha, sobrado de hum andar D.20 (...)" Diário de Pernambuco, 11/01/1841.

³² Diário de Pernambuco, 24/01/1840.

³³ Diário de Pernambuco, 24/01/1843.

³⁴ Diário de Pernambuco, 28/01/1845.

³⁵ Diário de Pernambuco, 22/01/1841.

³⁶ Diário de Pernambuco, 17/01/1842.

³⁷ Diário de Pernambuco, 07/01/1845.



professoras de primeiras letras que consegui reunir. Elas assinavam com os próprios nomes aos anúncios no jornal. Mas também havia dezenas de outras "senhoras capazes" ou "de bons costumes" ou "viúvas" que ganhavam a vida ensinando outras mulheres a ler e escrever. Essas professoras tinham "formação" diversa, oriunda seja do aprendizado formal, seja das experiências cotidianas.

Dentre as mulheres que se dedicavam a lecionar primeiras letras, os anúncios pesquisados mostram uma pluralidade no mercado de serviços da educação de meninas. Havia desde professoras particulares para poucas meninas livres ou escravas, até escolas caras, para meninas provavelmente de famílias mais abastadas. Os anúncios do Diário de Pernambuco da época estavam cheios de mulheres. Desde mulheres anunciando os próprios serviços até procurando outras trabalhadoras. Elas não estão nas entrelinhas, nem são difíceis de encontrar.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma. *Patriarcado, sociedade e patrimonialismo*. Brasília: Revista Sociedade e Estado, v.15, n. 2 (2000).
- CABRAL, Flávio José Gomes. e COSTA, Robson. *História da Escravidão em Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. *De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850*. Revista Afro-Ásia, 29/30 (2003), págs 41-78.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. CÂMARA, Bruno. *A insurreição praieira*. Almanack Brasiliense, n.8 (2008).
- EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: indústria açucareira em Pernambuco (1840 – 1910)*. Campinas: Paz e Terra, 1977.
- FARIA, Sheila de Castro. *Mulheres forras – riqueza e estigma social*. Revista Tempo da UFF, n. 9, v.5 (2000).
- FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. Rio de Janeiro, 1853.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.
- GUIMARÃES, Maria Beatriz. *Saberes Consentidos Conhecimentos Negados: O acesso à instrução feminina no início do século XIX em Pernambuco*. Recife: UFPE, 2002. Dissertação (mestrado).
- GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. (orgs.) *O Brasil Imperial vol. 2 (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- JIZENJI, Mônica Yumi. *Leitura e escrita femininas no século XIX*. Cadernos Pagu, n. 38 (2012), p. 367-394.
- HAHNER, June. *A mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da e NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920)*. Revista Cadernos Pagu, v. 42 (2014), p. 341-370.
- MAJOLO, Thiago Pereira. *Dinâmicas Urbanas e a presença feminina na São Paulo da*



primeira metade do século XIX (1820-1841). Revista de História da USP, n. 155 (2006), p. 205-478.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 13.

MOTT, Maria Lúcia. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: contexto, 1988.

PATEMAN, Carole. *The sexual contract*. Stanford, California: Stanford University Press, 1988.

PEDRO, Joana Maria. *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. Revista Topoi, v.12, n. 22 (2011).

PERROT, Michelle. *Práticas da memória feminina*. Revista Brasileira de História: São Paulo, v.9, n. 18 (1989), p. 9-18.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Cadernos Pagu, n.16 (2001), p. 115-136.

SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1988.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870)*. Recife : O Autor, 2004.

TILLY, Louise A. *Gênero, história das mulheres e história social*. Campinas: Cadernos Pagu, 1994, p. 29-62.

WOOLF, Virgínia. *A Room of One's Own*. England: Hogarth Press, 1929.